

ATIVIDADE: CEMITÉRIO HORIZONTAL E VERTICAL.

LICENÇA PRÉVIA (LP).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas da poligonal do imóvel e da área de intervenção.

12 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

13 – Memorial descritivo da área do projeto

Deverá contemplar:

- a) Os limites do imóvel ou das instalações, apresentando pontos de referência e caracterizando a vizinhança do empreendimento, de modo a permitir um perfeito reconhecimento do mesmo;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal e a pelo menos mais dois outros, indicando a denominação dos acessos. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza;
- c) Descrição da cobertura vegetal, topografia, tipo de solo e corpos d'água existentes, preferivelmente acompanhada de fotografias;
- d) Localização em relação aos cursos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- e) Pluviometria da região;
- f) Existência de áreas protegidas no entorno (mata atlântica, mata ciliar, manguezal, etc.); e
- g) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de no mínimo 100 metros.

14 – Planta de situação do empreendimento

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Orientação magnética;
- b) Topografia projetada;
- c) Corpos d'água existentes e projetados e respectivas faixas de proteção;

- d) Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;
- e) Projeto geométrico; e
- f) Obras de arte especiais.

15 – Caracterização da área na qual será implantado o empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Localização tecnicamente identificada no município, com indicação de acessos, sistema viário, ocupação e benfeitorias no seu entorno;
- b) Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, compreendendo o mapeamento de restrições contidas na legislação ambiental, incluindo o mapeamento e a caracterização da cobertura vegetal;
- c) Estudo demonstrando o nível máximo do aquífero freático (lençol freático), ao final da estação de maior precipitação pluviométrica; e
- d) Sondagem mecânica para caracterização do subsolo em número adequado à área e características do terreno considerado.

Observação:

De acordo com a Resolução nº 335 do CONAMA “é proibida a instalação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente ou em outras que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de regeneração, em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas” (nova redação dada pela Resolução nº 368/06).

16 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Os objetivos e a justificativa do projeto;
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente: tipo de cemitério (horizontal, vertical, ou jardim/parque); número de jazigos; área total do imóvel/terreno; área de intervenção; Taxa de Ocupação (TO); Área Total Edificada (ATE); volume de terraplenagem; dimensionamento das áreas destinadas aos diferentes usos previstos; estimativa da demanda de água e fonte de abastecimento (durante a fase de obras e durante a fase de ocupação); sistema de esgotamento sanitário previsto; esquema viário projetado; e
- c) Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras, oficinas de manutenção).

17 – Plano de implantação e operação do empreendimento

Acompanhado da respectiva ART e documentos do responsável técnico.

18 – Relatório de identificação da eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos

Nos termos da Resolução CONAMA nº 44 de 14.12.2012 e seus anexos; da Resolução CONAMA nº 420, de 28.12.2009; e Normas da ABNT NBR 15515-1 e NBR 15515-2.

19 – Coordenadas geográficas da poligonal da vegetação a ser suprimida

Inventário florestal da vegetação a ser suprimida, elaborado por profissional habilitado, acompanhada da cópia da ART do Responsável Técnico pelos estudos.

Observação:

Caso seja comprovada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, enquadradas na IN MMA nº 06/2008, o empreendedor deverá apresentar estudo científico, elaborado por especialista(s) pertencente(s) a Instituição de notório saber. Este estudo deverá confirmar que a supressão de indivíduos da(s) espécie(s) ameaçada(s) de extinção, existente(s) na área a ser suprimida, não acarretará, em qualquer hipótese, em risco à sua sobrevivência, bem como especifique e adote, através de apresentação de Plano de Recuperação e Conservação, práticas que visem garantir a preservação da(s) mesma(s) na área de influência direta.

20 – Cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos

Devidamente assinado pelo representante legal.

21 – Estudo Ambiental (EIA/RIMA, RAS, outros)

Dependendo do porte, da localização e do potencial de impacto ambiental do empreendimento, poderá ser solicitado algum tipo de estudo ambiental, em complementação aos documentos apresentados, que deverá ser desenvolvido de acordo com Instrução Técnica específica, elaborada por grupo de trabalho e fornecido após vistoria técnica na área.

LEGISLAÇÕES RELACIONADAS:

- Resolução CONAMA nº 335, de 03/04/2003, alterada pela Resolução CONAMA nº 368, de 28/03/2006, e a Resolução CONAMA nº 402, de 17/11/2008.

O Portal do Inea (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) está disponível para orientações diversas e para acesso aos formulários constantes no checklist, clicando no item FORMULÁRIOS, na aba LICENCIAMENTO, PÓS-LICENÇA E FISCALIZAÇÃO.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.